

Economia



APÓS AÇÃO CRIMINOSA
Governo restringe acesso ao Siasi

Invasões tentaram desviar ao menos R\$ 9 milhões do sistema de pagamentos



AGENDA FISCAL

'ROUND' MAIS DIFÍCIL

Haddad enfrenta pressões em série dentro e fora do governo



Próximos passos. Ministro busca avanço da pauta econômica no Congresso, como limitação de Pense e regulamentação da Reforma Tributária

RENATA AGOSTINI
renata.agostini@oglobo.com.br

O expediente havia terminado, mas o vaivém na recepção do Washington Plaza Hotel ainda era intenso na quinta-feira, 18 de abril. Reuniões no lobby, Fernando Haddad e seu time trocavam impressões sobre os últimos dias. O clima era de desânimo. Haddad decidira cancelar compromissos na capital americana, onde participava de reuniões da FMI e do G20, e antecipar sua volta ao Brasil. A percepção era que aquela havia sido, até ali, a pior semana para a equipe econômica do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Dias antes, na segunda-feira, o governo abandonara a meta de superávit de 2025, precipitando duros questionamentos do mercado sobre o real compromisso de Haddad com o ajuste das contas públicas. Enquanto isso, a política se movia em ritmo acelerado. Uma proposta para conceder aumentos salariais ao Judiciário avançava no Senado e a Câmara dava sinais de que não iria ceder ao governo em negociações com impacto na manutenção de empregos, como a da desoneração da folha de pagamentos.

REFORMA TRIBUTÁRIA
De volta a Brasília, Haddad foi a campo. Apresentou ao Congresso Nacional a regulamentação da Reforma Tributária, uma entrega importante. Mas o diagnóstico de que o ministro vive seu momento mais difícil até aqui não se alterou. A avaliação é feita por integrantes de seu time, que veem sua agenda sob ataque em múltiplas frentes, e por integrantes do Palácio do Planalto, que descrevem um ministro sob extrema pressão. A pessoas próximas, o próprio Haddad tem admitido que esse round está mais difícil de ganhar do que os anteriores.

O ministro gosta de dividir suas batalhas em semestres. Na visão de Haddad, é preciso superar alguns entraves: a aprovação do novo benefício para o setor de eventos (Pense) dentro de parâmetros aceitáveis e da proposta para limitar compensações tributárias,

além de contestar a desoneração, um ponto que motivou críticas de deputados, senadores e representantes do empresariado, que apontam insegurança jurídica e risco de demissões. Para ele, é preciso superar esses entraves para "vencer" o semestre.

Apesar da complexidade da regulamentação da Reforma Tributária, há disposição das duas Casas em aprovar o texto ainda neste ano. Por isso, esse assunto é classificado como fora das principais batalhas do

ministro no curto prazo. O que está pela frente no campo das contas públicas é considerado mais complicado. O apetite do Congresso em aprovar projetos que deem fôlego à arrecadação do governo está reduzido. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as propostas para aumentar gastos públicos.

NOVO FLANCO DE CRISE
A ideia de acabar com o Pense neste ano não vingou e agora o governo luta para limitar a R\$ 15 bilhões o gasto com o

novo programa. O texto já foi aprovado na Câmara e está em discussão no Senado. Os parlamentares querem derrubar o veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. A PEC do quinquênio, proposta para turbinar a remuneração de juizes e promotores, entraria por completo o arcabouço fiscal na visão de Haddad. O custo poderia chegar a R\$ 80 bilhões em três anos, segundo cálculo da consultoria de Orçamento do Senado.

Politicamente, Haddad tem conseguido respaldo praticamente integral do presidente Lula aos seus planos, nota um ministro-paleiano. Mas seu me observa certa "solidão": há poucos aliados no núcleo duro do governo. O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, é o único do círculo de influência mais próximo do presidente a estar ao seu lado. Os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, têm se mos-

trado oposição frequente. Seme-se a isso os pedidos constantes de colegas de Esplanada por mais recursos. A ministra da Gestão, Esther Dweck, pleiteia aumento para os servidores. Silveira sugere que a União entre no esforço de reduzir as contas de luz com aportes do Tesouro Nacional. O ministro da Defesa, José Múcio, vem trabalhando em busca de apoio para elevar o Orçamento de sua pasta.

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu um alerta ao ministro ao impedir a chamada "revisão da vida toda" nas aposentadorias do INSS, que poderia levar a um rombo de R\$ 480 bilhões nas contas públicas.

De outro lado, a decisão do governo de levar a desoneração ao STF abriu novo banco de crise entre Executivo e Legislativo. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reagiu com enorme irritação nos bastidores. Para parlamentares, uma resposta do Congresso é questão de tempo. Ao tentar um atalho para um problema, apelando ao STF, Haddad pode ter pavimentado o caminho para outras derrotas, dizem parlamentares.

Com a desoneração da folha, as empresas não deixam de pagar seus impostos. O que muda é a base da tributação, o que atinge setores que mais empregam. Os setores afetados são responsáveis por mais de 9 milhões de postos de trabalho. Estudos apontam que, de 2019 a 2023, os setores que permaneceram com a folha desonerada geraram mais empregos que os demais.

DEFICIT DE R\$ 1,5 BI EM MARÇO

Enquanto isso, segue a incerteza sobre a capacidade da equipe econômica de entregar a meta fiscal deste ano, de um déficit zero. As contas do governo fecharam março com um rombo de R\$ 1,527 bilhão, no melhor resultado para o mês desde 2021. Mas o país registrou déficit apesar de um recorde histórico de arrecadação no período. Além disso, as contas fecharam o período de janeiro a março com superávit de 0,7% do PIB, abaixo do resultado de 1,2% do ano passado. (Colaborou Thaís Barcellos)

Receita extra necessária em 2025 pode chegar a R\$ 65 bi

Este é o valor para alcançar meta de déficit zero. Senado deve votar nesta semana projeto que permitiria antecipar R\$ 15 bi

THAÍS BARCELLOS
thais.barcellos@oglobo.com.br

O montante de receitas extras necessárias para fechar as contas do governo em 2025 pode chegar a R\$ 65 bilhões. Hoje, o governo calcula que precisará de R\$ 50 bilhões a mais para atingir a meta zero no ano que vem, mas ainda não considera uma despesa extra de R\$ 15,7 bilhões. Se o governo conseguir usar integralmente os R\$ 15,7 bilhões extras, esses recursos aumentarão o volume de despesas de 2025 (e nos próximos anos) em cerca de R\$ 15 bilhões, mais inflação, conforme as regras do novo arcabouço fiscal, exigindo o mesmo montante em receitas para alcançar a meta. O Senado deve votar

ainda nesta semana um projeto que permite antecipar esse crédito, para agora. O Ministério da Fazenda já conta com esses recursos para abater alguns gastos. Entre eles, a provável derrochada total ou parcial do veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão e para fazer frente a benefícios previdenciários, que estão acima do inicialmente projetado. O time de Fernando Haddad diz que está fora de cogitação um reajuste para servidores este ano, mesmo para aqueles que estão em greve, como os da Educação. Mas o uso do recurso para esse fim é um desejo do Ministério da Gestão, de Esther Dweck.

A equipe econômica tem sinalizado que as medidas de arrecadação extra para fechar esse buraco já estão

em estudo, mas que serão anunciadas junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que tem que ser enviado ao Congresso até 31 de agosto. Há, no entanto, entre os especialistas em contas públicas, ceticismo com a capacidade do governo de obter mais receitas, considerando o resultado abaixo do esperado em medidas já aprovadas e as batalhas que tem travado nos projetos no Congresso.

31/8

Data de envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025
Equipe de Haddad indica que medidas de arrecadação extra serão anunciadas junto com projeto

Esse, inclusive, foi o motivo que gerou a mudança da meta fiscal para o ano que vem e os anos seguintes —o alvo seria de superávit de 0,5% em 2025, mas ficou em zero.

RISCO DO ESMORECIMENTO

Para o governo, por sua vez, o estresse no mercado financeiro nos últimos dias — com o salto do dólar, que coincidiu com a mudança da meta de 2025 — foi um alerta importante para o Congresso sobre os possíveis consequências de um esmorecimento no esforço fiscal. Para um integrante da equipe econômica, isso já se traduziu em um acordo com a limitação do benefício fiscal para o setor de eventos, o Pense, que foi simbólico para mostrar que a Fazenda não "jogou a toalha" em relação às metas.

Outra leitura é a de que parte das receitas extras que haviam sido consideradas para entrar no caixa do governo este ano pode ficar para o ano que vem.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, avalia que está cada vez mais difícil aumentar a arrecadação federal sem elevar impostos, considerando que as opções de ganho de receita com correção de distorções estão se esgotando. Para evitar onerar mais o contribuinte, no entanto, o especialista em contas públicas avalia que a equipe econômica pode lançar programas de conformidade com a Receita Federal, como repatriação de recursos não declarados no exterior ou abrir de novo a discussão sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP).

— Acho que o governo vai adotar estratégia como essa e evitar mexer diretamente com a estrutura tributária, que seria opção mais viável para alcançar o montante necessário de arrecadação extra.

O economista-chefe e sócio da gestora Rio Asset, Gabriel de Barros, calcula que a arrecadação adicional para fechar as contas no ano que vem deve superar R\$ 50 bilhões, já que avalia que a equipe econômica adota premissas otimistas, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,8%.

— Esse é o problema do ajuste fiscal pela receita. Tem uma fadiga do Congresso e não tem tanta medida para tirar da cartola — disse Barros. — Isso se deve a uma inconsistência temática do arcabouço, já que o governo voltou a vincular o piso de gastos com saúde e educação à receita. Há despesas vinculadas ao salário mínimo. Isso gera estrangulamento de despesas discricionárias (não obrigatórias) que pode levar ao apague da máquina pública.